



**POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SEGURANÇA PÚBLICA**

OSÉIAS GALDINO DA COSTA - CAP QOEM

GUSTAVO SANTOS SILVA - CAP QOEM

O USO DE DADOS ESTATÍSTICOS NA GESTÃO POR RESULTADOS:

O processo de planejamento das ações de Segurança Pública no Estado da Paraíba

João Pessoa

2026

OSÉIAS GALDINO DA COSTA - CAP QOEM
GUSTAVO SANTOS SILVA - CAP QOEM

O USO DE DADOS ESTATÍSTICOS NA GESTÃO POR RESULTADOS:
o processo de planejamento das ações de segurança pública no estado da paraíba

Artigo apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE), da Polícia Militar da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientador: Vinicius Cesar De Moura Santana
– CEL PMPB

Linha de Pesquisa: Gestão da informação, Gestão integrada em segurança pública e Sociedade.

JOÃO PESSOA, PB
2026

O USO DE DADOS ESTATÍSTICOS NA GESTÃO POR RESULTADOS: o processo de planejamento das ações de segurança pública no estado da paraíba

OSÉIAS GALDINO DA COSTA - CAP QOEM

GUSTAVO SANTOS SILVA - CAP QOEM

RESUMO

Este estudo analisa a contribuição dos dados estatísticos criminais para o planejamento da segurança pública no Estado da Paraíba, no contexto da gestão por resultados. Parte-se da compreensão de que o uso de evidências tem se tornado fundamental na formulação e avaliação de políticas públicas de segurança, contribuindo para maior eficiência na tomada de decisão e no direcionamento de recursos.

A pesquisa discute a relação entre estatística criminal, indicadores de violência e gestão pública orientada por dados, destacando a importância de modelos como o CompStat. Em seguida, são analisados indicadores como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), crimes patrimoniais e apreensão de armas de fogo, utilizados no planejamento das ações de segurança no estado.

A metodologia é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, como os anuários de segurança pública. Conclui-se que o uso sistemático de dados estatísticos contribui para o aprimoramento da gestão da segurança pública, embora dependa de interpretação crítica e qualificação contínua das informações.

Palavras-chave: Segurança pública; dados criminais; gestão por resultados; Paraíba; políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the contribution of criminal statistical data to the planning of public security policies in the State of Paraíba, within the framework of results-based management. It is based on the understanding that evidence-based information has become essential for the formulation and evaluation of public security policies, contributing to greater efficiency in decision-making and resource allocation.

The research discusses the relationship between criminal statistics, violence indicators, and data-driven public management, highlighting the relevance of models such as CompStat. It then examines key indicators, including Intentional Violent Lethal Crimes (IVLC), property crimes, and firearm seizures, which are used in the planning of security actions in the state.

The methodology is qualitative, exploratory, and descriptive, based on bibliographic review and document analysis of official reports, such as public security yearbooks. The findings indicate that the systematic use of statistical data contributes to the improvement of public security management, although it depends on critical interpretation and continuous enhancement of information systems.

Keywords: Public security; criminal data; results-based management; Paraíba; public policy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ESTATÍSTICA CRIMINAL E TOMADA DE DECISÃO	5
2.1 Indicadores criminais	6
2.2 Dados estatísticos criminais e análise criminal	6
2.3 Georreferenciamento e manchas criminais	7
2.4 Limitações dos dados estatísticos criminais: subnotificação e cifra oculta	8
3. GESTÃO POR RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA	8
3.1 Conceito de gestão por resultados	9
3.2 Metas e indicadores	9
3.3 Monitoramento e avaliação de desempenho	9
3.4. Accountability e integração entre órgãos	10
3.5 Síntese	10
4. O MÉTODO COMPSTAT	11
5. DADOS ESTATÍSTICOS E PLANEJAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA	11
5.1 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	13
5.2 Crimes Violentos Patrimoniais (CVP)	13
5.3 Apreensão de armas de fogo	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um dos principais desafios da administração pública contemporânea, especialmente em contextos marcados pela complexidade e pela dinâmica da criminalidade. Nesse cenário, a produção e o uso de dados estatísticos criminais assumem papel estratégico no planejamento das ações estatais, permitindo a identificação de padrões de violência, a definição de prioridades operacionais e o monitoramento de indicadores de desempenho.

A incorporação de modelos de gestão por resultados na área da segurança pública representa uma mudança significativa na forma de atuação do Estado, ao deslocar o foco de uma lógica predominantemente reativa para uma abordagem orientada por evidências. Nesse modelo, a tomada de decisão passa a ser fundamentada em informações objetivas, especialmente dados estatísticos, que subsidiam o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas de segurança.

No contexto do Estado da Paraíba, observa-se a consolidação de práticas de gestão baseadas em indicadores criminais, utilizados para orientar ações estratégicas e operacionais das instituições de segurança pública. A análise sistemática desses dados permite a identificação de áreas mais vulneráveis, a compreensão das dinâmicas criminais e a implementação de intervenções mais direcionadas, contribuindo para a eficiência das políticas de enfrentamento à criminalidade.

Diante disso, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que modo o uso de dados estatísticos criminais contribui para o planejamento das ações de segurança pública no Estado da Paraíba, no contexto da gestão por resultados?

Parte-se da hipótese de que a utilização sistemática de dados estatísticos criminais favorece a adoção de estratégias mais eficientes de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança, contribuindo para a redução da criminalidade e para o aprimoramento da gestão pública.

O objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições dos dados estatísticos criminais para o planejamento das políticas de segurança pública no

Estado da Paraíba, sob a perspectiva da gestão por resultados. Como objetivos específicos, busca-se: (a) analisar as políticas de segurança pública desenvolvidas no Estado da Paraíba sob a lógica da gestão por resultados; (b) examinar o uso de dados estatísticos criminais como instrumento de planejamento operacional e estratégico; e (c) demonstrar de que forma esses indicadores contribuem para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de segurança.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes oficiais, como o Anuário da Segurança e Defesa Social da Paraíba e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A análise também se apoia em referenciais teóricos sobre gestão por resultados e estatística criminal, buscando compreender a relação entre produção de dados e planejamento das políticas públicas de segurança.

2. ESTATÍSTICA CRIMINAL E TOMADA DE DECISÃO

A utilização de dados estatísticos criminais como ferramenta de apoio à tomada de decisão tem assumido papel cada vez mais relevante na gestão contemporânea da segurança pública. A produção, sistematização e análise dessas informações permitem compreender com maior precisão o comportamento da criminalidade, identificar padrões de ocorrência e subsidiar a formulação de estratégias voltadas à prevenção e repressão da violência. Nesse contexto, a estatística criminal deixa de representar apenas um conjunto de registros numéricos e passa a constituir importante instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança.

No cenário internacional, o uso orientado por dados ganhou maior visibilidade com a implementação do modelo Compstat, desenvolvido pelo New York City Police Department na década de 1990. Segundo William J. Bratton e Peter Knobler (1998), o modelo consolidou uma nova lógica de gestão policial baseada na coleta sistemática de informações criminais, análise territorial dos delitos, definição de metas e acompanhamento contínuo dos resultados. Para Silverman (1999), o Compstat representou um marco na administração policial ao transformar dados estatísticos em ferramenta estratégica de gestão e responsabilização institucional.

Desde então, o modelo passou a influenciar experiências de segurança pública em diferentes países, fortalecendo práticas de gestão orientadas por resultados e baseadas em evidências.

No Brasil, essa perspectiva também passou a integrar o planejamento das políticas públicas de segurança, especialmente por meio da adoção de indicadores de desempenho, sistemas de monitoramento e análises territoriais da criminalidade. Nesse sentido, os dados estatísticos criminais tornam-se fundamentais para subsidiar decisões operacionais e estratégicas, permitindo maior racionalidade administrativa e melhor direcionamento dos recursos públicos.

2.1 Indicadores criminais

Os indicadores criminais correspondem a medidas utilizadas para monitorar o comportamento da criminalidade em determinado espaço geográfico e período. São construídos a partir de registros oficiais produzidos pelas instituições de segurança pública e permitem mensurar ocorrências relacionadas a homicídios, furtos, roubos, violência doméstica, apreensão de armas, tráfico de drogas, entre outros delitos.

Esses indicadores possibilitam a leitura quantitativa da violência e funcionam como instrumentos de diagnóstico e acompanhamento das dinâmicas criminais. Além disso, permitem comparações temporais e territoriais, auxiliando a administração pública na definição de prioridades, no estabelecimento de metas e na avaliação dos resultados alcançados pelas ações implementadas. Na perspectiva da gestão por resultados, os indicadores criminais também assumem função estratégica no monitoramento do desempenho institucional e na construção de políticas públicas mais orientadas por evidências.

2.2 Dados estatísticos criminais e análise criminal

Os dados estatísticos criminais são produzidos a partir dos registros administrativos realizados pelas instituições de segurança pública, especialmente boletins de ocorrência, inquéritos policiais, atendimentos operacionais e sistemas de informação governamentais. Quando organizados e analisados sistematicamente, esses dados permitem identificar padrões, tendências, sazonalidades e comportamentos específicos relacionados à criminalidade.

Nesse contexto, a análise criminal pode ser compreendida como o processo de interpretação dessas informações com o objetivo de transformar dados em conhecimento estratégico para a tomada de decisão. Trata-se de uma atividade voltada à produção de diagnósticos que orientam o planejamento operacional, a distribuição do efetivo policial, a definição de prioridades territoriais e o monitoramento dos resultados das políticas públicas de segurança.

A análise criminal fortalece a capacidade do Estado de atuar de forma preventiva e direcionada, reduzindo decisões baseadas exclusivamente em percepção subjetiva e ampliando o uso de evidências concretas na formulação de estratégias institucionais.

2.3 Georreferenciamento e manchas criminais

Entre os instrumentos utilizados na análise criminal, destaca-se o georreferenciamento, técnica que permite representar espacialmente as ocorrências criminais por meio de mapas digitais e sistemas de informação geográfica. Esse recurso possibilita localizar territorialmente os delitos registrados, identificar padrões de concentração criminal e apoiar decisões estratégicas relacionadas ao policiamento e à prevenção da violência.

A partir desse processo, torna-se possível visualizar as chamadas manchas criminais, que correspondem às áreas com maior incidência ou concentração de determinados crimes em um território específico. Essas áreas funcionam como indicadores espaciais importantes para o planejamento da segurança pública, permitindo intervenções mais focalizadas e eficientes.

A leitura espacial da criminalidade contribui diretamente para o planejamento operacional das forças de segurança, auxiliando na distribuição de recursos humanos e materiais, na definição de áreas prioritárias de patrulhamento e no desenvolvimento de ações preventivas direcionadas às características específicas de cada região.

2.4 Limitações dos dados estatísticos criminais: subnotificação e cifra oculta

Embora os dados estatísticos criminais sejam fundamentais para o planejamento e a gestão da segurança pública, sua utilização exige análise crítica quanto às limitações metodológicas envolvidas na produção dessas informações.

Entre os principais desafios está a subnotificação, fenômeno que ocorre quando crimes deixam de ser comunicados às autoridades competentes e, conseqüentemente, não são incorporados às estatísticas oficiais. Diversos fatores podem contribuir para esse processo, como medo de represálias, desconfiança nas instituições públicas, dificuldades de acesso aos canais de denúncia ou percepção de baixa efetividade estatal.

Relacionada à subnotificação está a chamada cifra oculta da criminalidade, expressão utilizada para designar o conjunto de delitos que ocorrem, mas que não chegam ao conhecimento oficial do Estado. Dessa forma, existe uma diferença entre a criminalidade real vivenciada socialmente e aquela efetivamente registrada nos sistemas oficiais.

Essas limitações podem gerar distorções na leitura dos indicadores e influenciar diagnósticos e decisões institucionais. Por esse motivo, o uso de dados estatísticos criminais no planejamento das políticas públicas de segurança deve ser acompanhado de análise contextualizada, interpretação crítica e articulação com outras fontes de informação, de modo a ampliar a compreensão sobre a realidade criminal e fortalecer a efetividade das ações estatais.

3. GESTÃO POR RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

A gestão por resultados na segurança pública constitui um modelo de administração pública orientado pelo planejamento estratégico, definição de metas, monitoramento contínuo de indicadores e avaliação sistemática de desempenho. Diferentemente de abordagens tradicionais centradas exclusivamente na resposta operacional policial, esse modelo pressupõe que a segurança pública deve ser conduzida a partir de evidências, dados e metas mensuráveis, permitindo maior eficiência e accountability das instituições.

Segundo Ratcliffe (2016), a lógica da gestão por resultados na atividade policial está diretamente associada ao uso de inteligência criminal e análise de dados

para orientar decisões operacionais e estratégicas. Nesse contexto, a atuação das forças de segurança deixa de ser reativa e passa a ser proativa, baseada na identificação de padrões de criminalidade e na alocação racional de recursos.

3.1 Conceito de gestão por resultados

A gestão por resultados pode ser compreendida como um modelo de governança pública que prioriza a entrega de resultados mensuráveis à sociedade, com base em indicadores previamente estabelecidos. No campo da segurança pública, isso implica o uso de dados criminais, metas de redução da violência e avaliação constante das políticas implementadas.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), a produção de dados confiáveis é condição essencial para o planejamento de políticas públicas eficazes, permitindo diagnósticos mais precisos da criminalidade e maior transparência na gestão.

3.2 Metas e indicadores

As metas representam objetivos quantitativos ou qualitativos definidos pelos órgãos de segurança, como redução de homicídios, diminuição de crimes patrimoniais ou aumento da taxa de elucidação de delitos. Já os indicadores são as métricas utilizadas para acompanhar o alcance dessas metas.

No contexto brasileiro, destacam-se indicadores como os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os crimes patrimoniais e os índices de apreensão de armas de fogo, amplamente utilizados tanto no Anuário Brasileiro de Segurança Pública quanto em relatórios estaduais, como o Anuário da Segurança e Defesa Social da Paraíba.

Segundo Beato (2012), indicadores bem estruturados são fundamentais para transformar a atividade policial em uma política pública baseada em evidências, permitindo correções de rota ao longo da execução das ações.

3.3 Monitoramento e avaliação de desempenho

O monitoramento contínuo dos indicadores permite identificar tendências, áreas críticas e impactos das políticas públicas adotadas. A avaliação de

desempenho, por sua vez, analisa se as metas foram alcançadas e quais fatores contribuíram para os resultados obtidos.

Modelos como o CompStat, desenvolvido inicialmente em Nova York, influenciaram fortemente a adoção dessa lógica no Brasil, ao integrar reuniões periódicas de análise de dados, responsabilização de gestores e redefinição de estratégias operacionais.

De acordo com Goldstein (1990), precursor da polícia orientada a problemas, o uso sistemático de dados permite que a polícia atue de forma mais inteligente, focando em padrões de criminalidade em vez de incidentes isolados.

3.4. Accountability e integração entre órgãos

A gestão por resultados também está associada ao conceito de accountability, que envolve transparência, prestação de contas e responsabilização dos gestores públicos pelos resultados alcançados. Isso fortalece o controle social e institucional das políticas de segurança.

Além disso, a integração entre órgãos como polícias civil, militar, guardas municipais, sistema penitenciário e órgãos de justiça, é essencial para o funcionamento eficiente do modelo, permitindo compartilhamento de informações e ações coordenadas.

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2023), a integração de dados e sistemas de informação é um dos pilares para a modernização da segurança pública no país, especialmente no combate ao crime organizado.

3.5 Síntese

Dessa forma, a segurança pública contemporânea ultrapassa a lógica da simples ação policial e se estrutura como uma política pública orientada por planejamento estratégico, evidências empíricas e avaliação constante. A gestão por resultados permite maior eficiência, transparência e capacidade de resposta do Estado frente à criminalidade, consolidando um modelo mais moderno e orientado ao cidadão.

4. O MÉTODO COMPSTAT

O CompStat consolidou-se internacionalmente como um dos principais modelos de gestão policial orientada por dados. Desenvolvido pela Polícia de Nova York na década de 1990, sob a liderança de William Bratton, o sistema introduziu uma nova lógica de administração baseada na coleta sistemática de informações criminais, definição de metas, responsabilização dos gestores e monitoramento contínuo dos resultados.

Segundo Bratton e Knobler (1998), o CompStat não consistia apenas em um sistema informatizado de análise criminal, mas em um modelo gerencial capaz de transformar a cultura institucional da polícia, promovendo maior eficiência operacional e fortalecimento da capacidade de resposta às demandas sociais.

Silverman (1999) destaca que a principal inovação do CompStat foi a incorporação dos dados estatísticos como elemento central da tomada de decisão, permitindo identificar padrões criminais, estabelecer prioridades territoriais e monitorar permanentemente o desempenho institucional.

De acordo com Vito, Walsh e Kunselman (2005), o modelo fundamenta-se em quatro pilares principais: informação precisa e atualizada, rápida mobilização de recursos, desenvolvimento de estratégias eficazes e acompanhamento contínuo dos resultados obtidos.

Além do uso intensivo de dados, o CompStat consolidou mecanismos de accountability interna, exigindo que gestores policiais justificassem estratégias adotadas e apresentassem resultados mensuráveis, fortalecendo uma cultura organizacional orientada por desempenho e responsabilização.

5. DADOS ESTATÍSTICOS E PLANEJAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA

A gestão contemporânea da segurança pública é cada vez mais orientada pelo uso de dados estatísticos como instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Nesse contexto, a Paraíba consolidou um modelo de gestão baseado em evidências, no qual as decisões operacionais deixam de ser fundamentadas exclusivamente na percepção dos gestores e passam a considerar indicadores objetivos produzidos pelo Núcleo de

Análise Criminal e Estatística (NACE), responsável pela coleta, tratamento e análise das informações provenientes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS). O próprio Anuário destaca que essas informações subsidiam a gestão dos Territórios Integrados de Segurança Pública e o acompanhamento das metas do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

Além da produção estadual, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), constitui importante fonte de comparação entre os estados brasileiros, permitindo avaliar a evolução dos indicadores locais em perspectiva nacional. A utilização conjunta dessas bases estatísticas fortalece o planejamento estratégico, uma vez que possibilita identificar tendências, comparar resultados, estabelecer prioridades e mensurar a efetividade das ações implementadas.

No modelo paraibano de Gestão por Resultados, os indicadores estatísticos cumprem dupla função. Em primeiro lugar, permitem diagnosticar a dinâmica criminal, identificando os territórios mais vulneráveis, os horários de maior incidência de delitos e as modalidades criminosas predominantes.

Em segundo lugar, funcionam como instrumentos de acompanhamento das metas institucionais, orientando a distribuição do efetivo, o planejamento das operações policiais e a avaliação do desempenho das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs). Percebe-se, no entanto, que essa lógica aproxima a experiência paraibana dos princípios do CompStat, modelo internacional de policiamento orientado por dados, adaptado à realidade brasileira por meio da Gestão por Resultados.

Dessa maneira, para esta pesquisa foram selecionados três indicadores considerados estratégicos para o planejamento da segurança pública na Paraíba: os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) e as apreensões de armas de fogo. A escolha desses indicadores decorre de sua capacidade de representar diferentes dimensões da criminalidade e da atuação estatal.

5.1 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

Os Crimes Violentos Letais Intencionais constituem o principal indicador utilizado pela segurança pública para mensurar a violência letal. Conforme definido pelo NACE, o CVLI reúne homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios e outras mortes decorrentes de ações criminosas intencionais. Trata-se do indicador prioritário para avaliação da efetividade das políticas públicas, em razão de sua elevada confiabilidade estatística e menor suscetibilidade à subnotificação quando comparado a outros delitos.

Segundo o Anuário da Segurança e Defesa Social da Paraíba, os dados mais recentes demonstram que o estado apresentou resultados expressivos na redução da violência letal. O documento registra uma redução acumulada de 37% nos assassinatos nos últimos sete anos, o que corresponde à preservação de aproximadamente 2.611 vidas. Em 2025, a taxa estadual foi de 23,2 CVLIs por 100 mil habitantes, considerada a segunda menor da série histórica e inferior à média regional. Além disso, foram contabilizados 81 municípios sem ocorrência de CVLI no ano de 2025, o maior número já registrado no estado.

Esses resultados permitem que os gestores identifiquem áreas críticas, definam prioridades operacionais e acompanhem continuamente o impacto das ações desenvolvidas pelas forças policiais, favorecendo ajustes rápidos nas estratégias de policiamento.

5.2 Crimes Violentos Patrimoniais (CVP)

Os Crimes Violentos Patrimoniais compreendem principalmente os roubos e a extorsão mediante sequestro, sendo um dos principais indicadores relacionados à percepção de segurança da população. Diferentemente do CVLI, o CVP representa a incidência de ocorrências registradas, permitindo avaliar tanto o comportamento da criminalidade quanto a efetividade das ações preventivas desenvolvidas pelas instituições policiais.

Anuário da Segurança e da Defesa Social evidencia uma redução de aproximadamente 18% nos roubos totais e de 23% nos roubos contra pessoas durante o ano de 2025, indicando resultados positivos das estratégias de prevenção e repressão qualificada desenvolvidas pelo programa Paraíba Unida pela Paz.

No planejamento operacional, esse indicador subsidia a redistribuição do policiamento ostensivo, o direcionamento de operações específicas e a

intensificação da presença policial em áreas com maior incidência de crimes patrimoniais. A análise espacial desses registros também permite identificar "hotspots" criminais, favorecendo intervenções mais eficientes e racionalizando a utilização dos recursos disponíveis.

5.3 Apreensão de armas de fogo

As apreensões de armas de fogo representam um importante indicador de produtividade policial e de enfrentamento aos fatores que potencializam a violência letal. Embora não mensurem diretamente a redução da criminalidade, refletem a capacidade operacional das forças de segurança em retirar armas ilegais de circulação, reduzindo o potencial ofensivo de organizações criminosas e indivíduos envolvidos em atividades ilícitas.

Segundo o Anuário da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, foram apreendidas 3.695 armas de fogo em 2025, totalizando 24.301 armas apreendidas desde 2019* e *48.208 apreensões na série histórica iniciada em 2011. Os dados demonstram estabilidade nos últimos anos e revelam predominância de revólveres (43%), seguidos por pistolas (27%), espingardas (22%) e outros tipos de armamento (8%).

Além disso, observa-se forte relação entre armas de fogo e violência letal. O próprio Anuário registra que aproximadamente 83% dos Crimes Violentos Letais Intencionais em 2025 foram cometidos com arma de fogo, evidenciando que políticas voltadas ao desarmamento e à apreensão de armamentos ilegais possuem potencial para reduzir a letalidade criminal.

Conforme discutido no artigo de referência, esse indicador auxilia diretamente a Gestão por Resultados ao permitir avaliar a produtividade operacional das unidades policiais, estabelecer metas institucionais e direcionar operações voltadas ao combate ao tráfico de armas. Entretanto, deve ser interpretado com cautela, pois representa a capacidade de apreensão do Estado e não necessariamente a quantidade total de armas em circulação ou o nível real de armamento das organizações criminosas.

A análise integrada dos indicadores de CVLI, Crimes Violentos Patrimoniais e apreensões de armas demonstra que a utilização de dados estatísticos constitui elemento central para o planejamento da segurança pública na Paraíba. O modelo adotado pela SESDS, fundamentado em evidências produzidas pelo NACE e

complementadas pelas informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, possibilita identificar tendências criminais, definir prioridades territoriais, estabelecer metas, monitorar resultados e aperfeiçoar continuamente as estratégias operacionais.

Dessa forma, os indicadores deixam de representar apenas números administrativos e passam a exercer papel estratégico na formulação de políticas públicas orientadas para a redução da violência, a otimização dos recursos públicos e o aumento da eficiência institucional, preservando-se, contudo, a necessidade de interpretação crítica dos dados diante de fatores externos e limitações inerentes aos registros estatísticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar de que forma os dados estatísticos e os modelos de gestão por resultados contribuem para o planejamento da segurança pública na Paraíba, com foco nos principais indicadores de violência letal, crimes patrimoniais e apreensão de armas. A partir da problematização proposta, observa-se que o uso sistemático de informações produzidas por instrumentos como o Anuário da Segurança e Defesa Social da Paraíba e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública permite uma leitura mais precisa do cenário da criminalidade e, conseqüentemente, um planejamento mais qualificado das ações estatais.

Dessa forma, os resultados analisados ao longo do trabalho reforçam a hipótese de que a gestão orientada por dados potencializa a eficiência das políticas de segurança pública, ao possibilitar a identificação de padrões, a priorização de áreas críticas e a alocação mais estratégica de recursos. A redução de indicadores como os CVLIs, aliada ao acompanhamento de crimes patrimoniais e apreensões de armas, evidencia que o monitoramento contínuo contribui para decisões mais assertivas e para a construção de políticas preventivas e reativas mais eficazes.

No entanto, é importante reconhecer os limites dos indicadores utilizados. Embora essenciais para a tomada de decisão, os dados quantitativos não capturam integralmente a complexidade do fenômeno da violência, como fatores sociais, territoriais e institucionais que influenciam sua dinâmica. Além disso, variações na subnotificação, nas metodologias de coleta e na interpretação dos dados

podem impactar a leitura dos resultados, exigindo cautela na generalização das conclusões.

Por fim, reforça-se a importância da gestão orientada por evidências como eixo estruturante das políticas públicas de segurança. A incorporação de sistemas de monitoramento, avaliação contínua e análise integrada de dados fortalece a capacidade do Estado de responder de forma mais eficiente aos desafios da criminalidade, promovendo maior transparência, planejamento estratégico e efetividade nas ações implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRATTON, William J.; KNOBLER, Peter. Turnaround: how America's top cop reversed the crime epidemic. New York: Random House, 1998.

CRUZ, A. M. Política pública de segurança: uma análise do programa Paraíba unida pela paz no período de 2012 a 2016. João Pessoa: Instituto Federal da Paraíba (IFPB), 2018.

FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas; HENNING, Paula Correa. Os "múltiplos afluentes" que permeiam as relações raciais contemporâneas: problematizações sobre branquitude, políticas de inimizade e segurança pública. Horizontes Antropológicos, v. 28, n. 63, p. 195-226, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025.

KVIETINSKI, Egon; MASTELLA, Mauro. Impacto da gestão nos indicadores de criminalidade: aplicação do Método SIGA de tecnologia embarcada em áreas de maior ocorrência de delitos. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 92-111, 2021.

LIMA, Renato Sérgio de. Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011.

MACIEL, V. M. de. Aplicação dos princípios da administração pública gerencial no Governo da Paraíba: uma pesquisa exploratória. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2015.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. A dinâmica da criminalidade na Paraíba. Revista Direito, Processo e Cidadania, Unicap, v. 4, n. 2, 2023.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da; NÓBREGA, Duília Dalyana Ribeiro Santos da. Morte matada: a dinâmica dos homicídios no nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social. Anuário 2025 da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: SEDS-PB, 2025/2026.

SAPORI, Luiz Flávio. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.